

Mercado aposta que governo irá substituir os papéis mais caros

Título da dívida subirá quando o governo iniciar recompra

Externa - Conversas

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

Os preços dos títulos do Plano Brady de renegociação da dívida externa do Brasil aumentaram um pouco quando o governo anunciou a liquidação antecipada da última prestação das garantias devidas. Mas subiram pouco agora, quando o governo acabou com o desconto imposto a alguns desses títulos quando usados nos leilões de privatização.

Não é por falta de interesse. "Os dois desdobramentos são positivos. O que acontece é que não acrescentam novos compradores ao mercado agora, apenas indica a possibilidade de compras em grande escala pelo governo no futuro", nota Martim Schubert, presidente da Eurinam, uma das instituições que criaram o mercado secundário de títulos da dívida dos mercados emergentes.

Em função disso, continua Schubert, "e do fato de que não se sabe que títulos o governo vai comprar, os preços atuais passaram a refletir um piso, e devem subir quando as compras se concretizarem.

Nossa impressão é de que o prêmio pago pelos títulos brasileiros deve cair, posto que os fundamentos econômicos do país também melhoraram".

Ontem, o preço da maior parte dos títulos caiu em Nova York. O IDU, um dos mais negociados, caiu 0,15%, sendo cotado a 84,5 centavos por dólar para compra e 85,0 centavos para venda. O C-Bond caiu 1,17%, sendo cotado a 52,5 centavos por dólar para compra e 52,75 para venda. O Par Bond e o New Money tiveram alta, respectivamente de 0,5% e 1,03%.

A Merrill Lynch acredita que o governo brasileiro vai começar um programa agressivo de administração de passivos. "Existem três razões que nos levam a pensar assim", afirma seu diretor-gerente Manuel Mejia-Aoun. "São a antecipação da última prestação das garantias do Plano Brady, o fim dos descontos sobre os títulos da dívida na privatização e a aprovação pelo Congresso da emissão de US\$ 5 bilhões em novos bônus."

No conjunto, argumenta Mejia-Aoun, "os três fatores

vão permitir que o governo retire os custosos títulos do Plano Brady e os substitua por bônus lançados a prêmios mais baratos ou por fatias de empresas estatais à venda. Os argentinos, que já começaram um programa assim, retiraram dívida custosa do mercado e ainda introduziram liquidez no sistema".

Um operador da Lehman Brothers, Michael Findance, lembra que "movimentos similares da Argentina e do Peru no passado levaram a um interesse maior por ações e bônus, embora sob condições de mercado diferentes". Ele entende que a decisão do governo brasileiro de acabar com o desconto na privatização induzirá a uma reavaliação dos bônus Brady do

país, e isso tem "funcionado como um catalisador para o mercado acionário".

A Bear Stearns observa que as medidas anunciadas pelo governo brasileiro "mostram evidência adicional de que o Brasil está dando passos muito encorajadores em sua abordagem da administração da dívida do setor público", de acordo com seu vice-presidente, Tulio P. Vera.

O banco de investimentos americano recomenda uma posição acima da média nos bônus soberanos do Brasil. Vera está convencido de que o Banco Central do Brasil pode começar a recomprar bônus Brady tão cedo, como a 16 de outubro próximo – o primeiro dia em que legalmente poderá fazê-lo.